

Draco 8 Energia SPE Ltda.

(em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Senhores acionistas, a Administração da Draco 8 Energia SPE Ltda., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.S. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Ao encerrarmos o exercício de 2024, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Project Holding 2 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2025.

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Draco 8 Energia SPE Ltda
Arinos - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Draco 8 Energia SPE Ltda, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Draco 8 Energia SPE Ltda em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Draco 8 Energia SPE Ltda.**Balancos Patrimoniais**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 5 de outubro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	44	-	Fornecedores	10	6.120	-
Contas a receber de partes relacionadas	16	-	1	Obrigações fiscais	11	60	-
Impostos a recuperar		7	-	Imposto de renda e contribuição social	15	5	-
				Outras contas a pagar	10	246	14
Total do ativo circulante		51	1	Total do passivo circulante		6.431	14
Imobilizado em andamento	8	21.077					
Intangível	9	912		Outras contas a pagar	10	458	-
Total do ativo não circulante		21.989	-	Total do passivo não circulante		458	-
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12	15.130	1
				Reserva de retenção de lucros		21	-
				Prejuízos acumulados		-	(14)
				Total do patrimônio líquido		15.151	(13)
Total do ativo		22.040	1	Total do passivo e patrimônio líquido		22.040	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Draco 8 Energia SPE Ltda.

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 5 de outubro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(24)	(14)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(24)	(14)
Receitas financeiras	14	81	-
Despesas financeiras	14	(3)	-
Resultado financeiro líquido		78	-
Resultado antes dos impostos		54	(14)
Imposto de renda e contribuição social	15	(19)	-
Lucro líquido do exercício (Prejuízo) do período		35	(14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Draco 8 Energia SPE Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 5 de outubro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício (Prejuízo) do período	35	(14)
Outros resultados abrangentes		
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>35</u>	<u>(14)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Draco 8 Energia SPE Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 5 de outubro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 5 de outubro de 2023	1	-	-	-
Subscrição e integralização de capital	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	(14)	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1	-	(14)	(13)
Subscrição e integralização de capital	15.129	-	-	15.129
Lucro líquido do exercício	-	-	35	35
Destinação para reserva de lucros	-	21	(21)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.130	21	-	15.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Draco 8 Energia SPE Ltda.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 5 de outubro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		54	(14)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Despesas gerais e administrativas		-	14
		54	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		1	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais		60	-
Outras contas a pagar		3	-
		118	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(21)	-
		97	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo intangível	9	(225)	-
Aquisição ao ativo imobilizado	8	(14.957)	-
		(15.182)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	12	15.129	-
		15.129	-
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	44	-
		44	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Draco 8 Energia SPE Ltda., (“Empresa”) é uma SPE, constituída na forma de sociedade propósito específico domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais, Fazenda Conquista, área rural, CEP 38.680-000. De 1º de janeiro de 2024 a 31 de julho de 2024, sua controladora direta era a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. Mediante reorganização societária, as quotas da Empresa foram transferidas para a Atlas Brasil Energia Holding 6 S.A em 16 de setembro de 2024, onde após nova reorganização societária, o controle da Empresa passou a ser da Atlas Project Holding 2 S.A. com participação de 100% do capital social da Empresa.

A Empresa foi constituída em 05 de outubro de 2023, a Empresa tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e a exploração para Usinas Fotovoltaica de Geração de Energia Elétrica; comercialização da energia elétrica, bem como a prática de atos de comércio, relacionados a essas atividades; importação e exportação de equipamentos para Usinas Fotovoltaica de Geração de Energia Elétrica. Está cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.MG.049443-7.01.

A Empresa recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 48,2 MW por 35 anos, que compreende ao período de 8 de junho de 2022 a 8 de junho de 2057, conforme nota explicativa nº9. A licença de exploração foi obtida da Shell do Brasil Ltda.

Atualmente a Empresa encontra-se em fase pré-operacional, com expectativa de entrar em operação em outubro de 2025.

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Empresa apresentou capital circulante líquido negativo em 2024, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 6.380 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Empresa apresenta lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$35 (Prejuízo de R\$ 14 em 31 de dezembro de 2023) e reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 21 (Prejuízo acumulado de R\$ 14 em 31 de dezembro de 2023).

O capital circulante negativo em 2024 deve-se, principalmente, aos saldos de fornecedores (conforme nota explicativa nº 10) em função da fase pré-operacional em que a Empresa se encontra e em função da construção da usina fotovoltaica (conforme nota explicativa nº 8).

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a Administração da Empresa poderá transferir recursos de outras partes relacionadas, todas sob o mesmo controle, de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Empresa. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar

operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos passivos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 8:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;

- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 8:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024;
- **Intangível - nota explicativa nº 9:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 17:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para o exercício apresentado e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

b. Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Empresa. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A Empresa não possui despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pela Empresa corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, limitada ao prazo de autorização.

e. Ativos intangíveis

Inclui os direitos de acesso à Rede Básica de Transmissão – Outorgas.

Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução de valor recuperável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão, o período da vigência deste direito corresponde ao prazo de autorização da operação, a contar a partir do início da operação comercial, previsto para outubro de 2025.

f. Instrumentos Financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(i) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

a) *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

b) *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(a) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Empresa encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depósitos bancários (a)	44	-
Total	<u>44</u>	<u>-</u>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

8 Imobilizado em andamento

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Imobilizado em andamento (a)	-	21.077	21.077
Total do imobilizado	-	21.077	21.077

(a) Refere-se a imobilizado em andamento para implementação do parque fotovoltaico.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.d, a Empresa não reconheceu em 31 de dezembro de 2024 despesas com depreciação, tendo em vista que se encontra em construção.

Com base em fatores internos e externos, a Administração da Empresa não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

9 Intangível

	<u>2024</u>
Custo	
Direito de exploração (outorgas)	<u>912</u>
Total	<u><u>912</u></u>

Direito de geração de energia fotovoltaica

Em 09 de fevereiro de 2024 a Empresa realizou a compra de outorgas obtidas pela Shell do Brasil Ltda, de modo a possibilitar a exploração de energia fotovoltaica. Desta forma, a obtenção de tais licenças de exploração e mediante a aplicação da política descrita na nota explicativa nº 5.e, a Empresa reconheceu ativo intangível adquirido no montante de R\$ 912.

Descrição	Intangível		
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024
Outorga – Draco 8	-	912	912
Total:	-	912	912

A Empresa avaliou que em 31 de dezembro de 2024 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu intangível.

10 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Fornecedores	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contratação de serviços (a)	6.120	-
Total de fornecedores	6.120	-
Outras contas a pagar		
Aquisição de outorga (b)	687	-
Outras provisões (c)	17	14
Total de outras contas a pagar	704	14
Circulante	246	14
Não circulante	458	-

- (a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, basicamente, às aquisições de materiais e serviços necessários para o processo de construção da Usina Fotovoltaica.
- (b) Refere-se a aquisição de outorga da Shell do Brasil Ltda, conforme descrito na nota explicativa número 9, com vencimento final em 2026.
- (c) Refere-se a serviços de auditoria.

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 17.

11 Obrigações fiscais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos retidos sobre serviços de terceiros	60	-
	60	-

12 Patrimônio líquido

a. Capital Social subscrito

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$15.130 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023), representado por 15.130 quotas (1 em 31 de dezembro de 2023), nominativas e sem valor nominal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa realizou as seguintes subscrições de capital:

- Conforme contrato social inicial realizada em 2023, foi aprovada o aumento de capital no montante de R\$ 1, pela Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.;
 - Conforme 1ª alteração contratual, realizada em 14 de maio de 2024, com subscrição de capital social no montante de R\$ 1.030, pela Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.;
- Conforme 2ª alteração contratual, realizada em 28 de junho de 2024, com subscrição de capital social no montante de R\$ 807, pela Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.;
- Conforme 5ª alteração contratual, realizada em 31 de dezembro de 2024, com subscrição de capital social no montante de R\$ 13.292, pela Atlas Project Holding 2 S.A.

A Empresa integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 capital social no montante de R\$ 15.129 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023), p por meio de transferência bancária realizada pelas controladoras, conforme apresentado acima.

b. Reserva de retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa destinou para reserva de retenção de lucros R\$21 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

13 Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas de auditoria e serviços administrativos	(24)	(14)
Total	(24)	(14)

14 Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	81	-
	81	-
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(3)	-
	(3)	-
Resultado financeiro, líquido	78	-

15 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 5 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido

	2024
Demais receitas – (a) (i)	81
Base de cálculo do IRPJ (a)	81
Imposto de renda a alíquota de 15%	(12)
Total IRPJ	(12)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	81
Contribuição social a alíquota de 9%	(7)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(19)
Alíquota efetiva (*)	24%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita financeira (a) e Demais receitas (b).

(i) Conforme nota explicativa nº 14.

16 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Project Holding 2 S.A. e o controlador final é GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício de 2024 e 2023 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

	Contas a receber	
	2024	2023
<u>Operações intercompany – Nacional</u>		
Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.,	-	1

Total	-	1
--------------	---	---

17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	2024 - Valor contábil		2023 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	44	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	16	-	-	-	1
Total		-	44	-	1
Passivos					
Fornecedores	10	-	6.120	-	-
Outras contas a pagar	10	-	704	-	14
Total		-	6.824	-	14

	Nível hierárquico do valor justo	2024 - Valor contábil e valor justo		2023 - Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	44	44	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	-	-	1	1
Total		44	44	1	1
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	6.120	6.120	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	704	704	14	14
Total		6.824	6.824	14	14

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em

uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Empresa.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	44	-
Total	44	-

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2024

Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar	6.834	6.834	6.376	458	-
	6.834	6.834	6.376	458	-

31 de dezembro de 2023

Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar	14	14	14	-	-
	14	14	14	-	-

18 Contingências

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

19 Informações complementares aos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	2024	2023
Aquisição de ativo imobilizado	8	(6.120)	-
Aquisição de intangível	9	(687)	-
Fornecedores	10	6.120	-
Outras contas a pagar	10	687	-

20 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

	2025	2026	2027	2028	Acima 2029	Total
TUST/TUSD (a)	165	3.195	3.302	3.081	134.258	144.002
Seguros e garantias (b)	96	391	403	416	19.696	21.002
Compra de Energia (c)	29	468	473	509	20.773	22.251
Contratos de (O&M) (d)	-	658	818	927	36.510	38.914
Arrendamento (e)	32	214	221	228	10.905	11.600
Outros (f)	24	931	1.000	1.029	34.614	37.598
Total	346	5.857	6.217	6.190	256.756	275.367

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (julho/24 a junho/25) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

b) Seguros e garantias

A Empresa possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Compra de energia

A Empresa estima que terá gastos necessários de compra de energia para cumprir contratos com seus clientes, antes do início da operação.

d) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Empresa possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

e) Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

f) Outros

A Empresa possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

21 Eventos subsequentes

- (a) Em 07 de janeiro de 2025, a Empresa recebeu aportes de capital social no valor de R\$ 1.100 mediante transferência bancária realizada pela controladora Atlas Project Holding 2 S.A
- (b) Em 10 de janeiro de 2025, a Empresa recebeu aportes de capital social no valor de R\$ 7.300 mediante transferência bancária realizada pela controladora Atlas Project Holding 2 S.A
- (c) Em 17 de janeiro de 2025, a Empresa recebeu aportes de capital social no valor de R\$ 1.400 mediante transferência bancária realizada pela controladora Atlas Project Holding 2 S.A
- (d) Em 24 de janeiro de 2025, a Empresa recebeu aportes de capital social no valor de R\$ 650 mediante transferência bancária realizada pela controladora Atlas Project Holding 2 S.A

Manoel de Andrade Lira Neto
Diretor
CPF: 666.153.054-53

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *